

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.692 - MG (2019/0057933-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : CAETANO BARRETO LEITAO - ESPÓLIO
REPR. POR : CELIA DALVA ANDRADE BARRETO - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS - MG063610
JOANA MARIA DE OLIVEIRA GUIMARÃES - MG080801
CAROLINA SOARES PIRES E OUTRO(S) - MG124164
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : JOANA FARIA SALOMÉ E OUTRO(S) - MG096744

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS COM SUPOSTA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE ENTRE OS TRIBUNAIS. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais cuja ementa é a seguinte:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS Á EXECUÇÃO FISCAL - INVENTÁRIO - PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS - CERCEAMENTO DE DEFESA - PRECLUSÃO - UNIVERSALIDADE DE BENS - IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA AFASTADA - PRECEDENTES DESTA SUPREMA CORTE ESTADUAL - EMBARGOS IMPROCEDENTES. I - Na esteira do entendimento consagrado em antigo brocardo jurídico ("*dormientibus non succurrit ius*"), incorre o cerceamento do direito de defesa quando a própria parte que o alega foi quem não aproveitou a oportunidade que lhe foi dada para recorrer da decisão (que indeferiu a produção de provas e, consequentemente, não permitiu a produção de provas que supostamente amparavam sua pretensão, mormente em face da preclusão. II - Na esteira da jurisprudência desta Suprema Corte Estadual, tem-se que o reconhecimento da impenhorabilidade de um bem que compõe o espólio não pode ocorrer antes da correspondente partilha, razão pela qual indevido invocar a proteção disposta na Lei n.º 8.009/90 para afastar a penhora realizada no rosto dos autos do processo de inventário.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base na alínea c do permissivo constitucional, o recorrente assevera que há divergência jurisprudencial quanto à possibilidade de invocar a proteção da Lei 8.009/1990 antes da partilha dos bens.

Superior Tribunal de Justiça

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi admitido pela decisão de fls. 621/622.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Inviável a apreciação do inconformismo recursal fundado na alínea *c* do permissivo constitucional, quando o recorrente não demonstra o suposto dissídio pretoriano por meio: a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma; e d) a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais.

Na hipótese examinada, observa-se que o recorrente não atendeu aos requisitos estabelecidos pelos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015, e 255, § 2º, do RISTJ, em especial a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma. Assim, é descabido o presente recurso interposto pela alínea *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA COTEJO ANALÍTICO. DECISÃO PELA INADMISSIBILIDADE DO RECURSO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Para a admissibilidade do recurso especial, na hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional, é imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente (arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ).

2. O recurso revela-se manifestamente inadmissível e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

3. Agravo regimental não provido com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp 733.241/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015)

Diante do exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

